

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FERNANDO MARREY FERREIRA

**DILEMA DA PAZ CONSTRUÍDO NA ADVERSIDADE: FEDERAÇÃO MUNDIAL DE
DEMOCRACIAS**

São Paulo

2011

FERNANDO MARREY FERREIRA

**DILEMA DA PAZ CONSTRUÍDO NA ADVERSIDADE: FEDERAÇÃO MUNDIAL
DE DEMOCRACIAS**

Resenha para matéria Segurança Internacional Contemporânea do curso de pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo no Instituto de Relações Internacionais valendo 15% da nota final.

Prof. Dr Rafael Vila

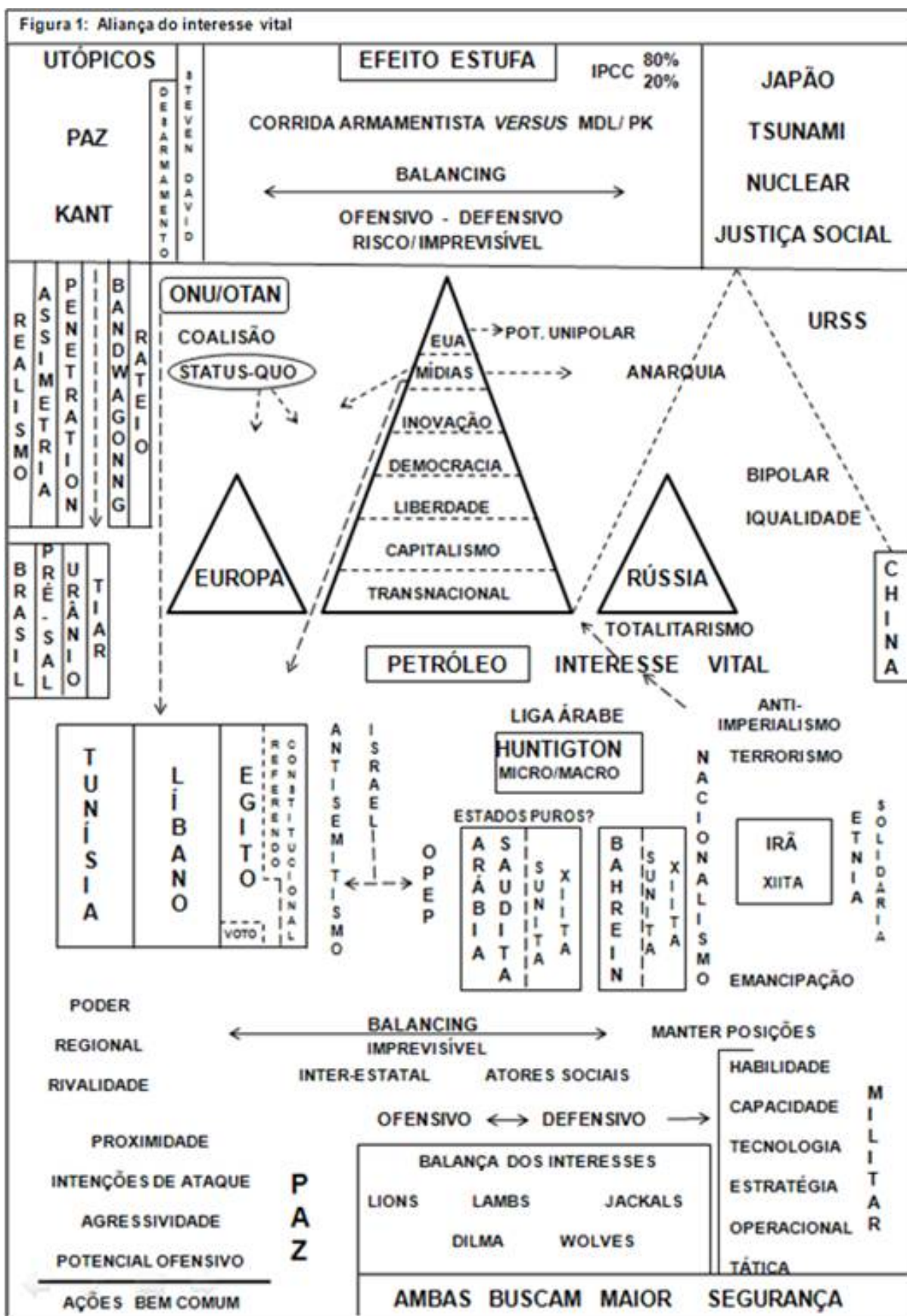
Profa. Dra. Mônica Herz

São Paulo

2011

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Aliança do interesse vital	4
Figura 2 – Ideal da paz perpétua	19



Dilema da Paz Construído na Adversidade: Federação Mundial de Democracias

O **objetivo** desta resenha visa compor uma análise de segurança internacional contemporânea, na busca da paz utópica construída para ser perpétua e incorporando a preservação ambiental para vencer múltiplos obstáculos adversos, como a luta dos Estados pelas riquezas naturais, afetando e comprometendo o efeito estufa e assim tentar conciliar o dilema de segurança de interesse de ideologias e etnias conflitantes dentro de um contexto do choque de civilizações (HANTIGTON, 1997), controle expresso contra a proliferação de armas nucleares. A natureza propicia dissuasão da guerra, preservar pela paz, educar pacifistas! Objetivando trilhar sempre a razão para estabelecer a paz conciliando a harmonização civilizacional, na dinâmica de barganha de autonomia local ou cedendo para aliança dominante submetendo-se ao controle global? Correlacionar com o texto metodológico e o de delimitação do território, respectivamente incorporados na reflexão na seqüência.

Adota-se a **metodologia** desta resenha tentando responder o questionamento teórico proposto pelo autor: com quem fazer alianças? Com o *status quo* ou com Estados fracos? *Balance or Bandwagon*? Definido o interesse vital traçar uma estratégia. (SCHEWELLER, 1995) Interesse vital: Democracias Petrolíferas Desnuclearizadas e Institucionalizadas. Estratégia do *status quo* na balança de interesses de alianças em regiões petrolíferas, que tendem a produzir armas nucleares e múltiplo inter-relacionamento com a realidade local, analiticamente correlacionar escritos teóricos e históricos na busca de se compreender a realidade contemporânea, indicando propositivamente caminhos racionais inovados para pacifismo civilizacional, idealizar a Federação Mundial de Democracias a ser criada partindo da história de outras construções de instituições supranacionais democráticas, tanto nacionais como internacionais, numa projeção de um mundo multipolar democrático, perpetuidade na prevalência do *status quo*, com convencimento argumentativo (PERELMAN, TYTECA, 1996), para os que praticam aliança de *balancing* adequarem-se a um novo realinhamento de afinidade democrática ideal do *bandwagoning*, portanto com uma hegemonia benigna, rumasse para perpetuidade da paz.

A propositura reflexiva para organizar a anarquia contextualizada no pós Guerra Fria. Dentro da realidade da origem das alianças proposta por (WALT, 1990), contribuindo para

junto com o petróleo definir regionalismo como as Américas, Norte da África, Oriente Médio foco local de **delimitação territorial**, inserido na globalização que oscila na incidente ascensão e declínio de grandes poderes e sua forma de fazer aliança, idealizar a construção da paz democrática compatibilizando uma persecução rumo à democratização das nações árabes e maior institucionalização supranacional da Liga Árabe. A sobrevivência ecológica do homem na terra seleciona a paz como direito humano, deve-se procurar degrau por degrau apaziguar múltiplos fatores convergentes e divergentes e seu grau de intensidade, analiticamente trançado análise de estratégias de mediação, arbitragem, solução pacífica das controvérsias e inspiração filosófica histórica em (KANT, 1795) objetivando o pacifismo preservacionista, a humanização voltada para paz, meta da população da terra é propiciar vida com bem-estar até aonde a renda incidir elevando-se.

Define-se o dilema de segurança, num primeiro nível busca-se interpretar o dilema dos motivos, intenções e capacidade dos outros, proposta defensiva de preservação e ofensiva para mudar o *status quo*; num segundo nível consiste no dilema da responsabilidade para encontrar o mais racional caminho para responder, como reagir, se for uma confrontação militar corre-se o risco de mútua hostilidade, o paradoxo de segurança (HERZ e BUTTERFIELD apud BOOTH e WHEELER, 2008, p. 4).

Dilema de segurança ecológica é imprevisível. Os EUA não assinam protocolo internacional de contenções de emissões de gases que geram efeito estufa. Estados tendem a formar alianças *balancing* contra o grande poder hegemônico (LAYNE, 1995). Numa primeira visão abstrata utópica a vontade interna do apaziguamento dos conflitos atmosféricos, a proximidade com a terra, onde movimenta a corrida armamentista e sua cadeia produtiva emitindo dióxido de carbono, o processamento do petróleo justificadamente compromete o efeito estufa, para compensar as nações desenvolvidas exceto a potência unipolar, EUA, com credibilidade e com relativa viabilidade cancelaram norma internacional numa aliança de *balancing* no que se refere ao Protocolo de Kyoto. Visa reduzir as emissões compensando via mecanismo de desenvolvimento limpo em nações como Brasil e China, reflorestar pode gerar crédito de carbono, incentivos devem ser criados dimensionado larga escala na intercomunicação produtiva de oxigênio, portanto a paz uma utopia ambiental. A institucionalização da administração da atmosfera deve ocorrer de forma supranacional na ONU. A imprevisibilidade das intenções da mudança do clima de corrente majoritária diante da compreensão dos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas - IPCC

pela intensificação das catástrofes naturais, como a capacidade destrutiva do terremoto - tsunami do Japão comprometendo usina nuclear e expondo a população novamente a irradiação atômica, esta ofensiva natural adversa imprevisível constitui-se numa tremenda injustiça social este dilema de insegurança ambiental, nas nações que tem usinas nucleares produzindo energia, o Japão tem larga diligência de pessoas engajadas na produção industrial manufaturada emerge como grande poder (IWATA apud LAYNE, 1995, p 155), a limitação econômica proveniente da vulnerabilidade a radiação reduz capacidade crescimento, a catástrofe pode ser comparada a uma arma natural de efeito dominó, oceano cheio não propicia maior agressividade nas intenções das ondas? O Japão está preocupado com a segurança do petróleo no Golfo Pérsico, controlada pelos EUA, com a reação contrária ao poder hegemônico (LAYNE, 1995), é importador de petróleo do Golfo e urânio matéria prima para geração de energia nuclear dos EUA. A sociedade de alto carbono, de energia fóssil como o petróleo gera efeito estufa foca interesses no Oriente Médio e fazem *bandwagoning* com o grande poder incomparável, as trocas tecnológicas das cadeias produtivas dominantes intercomunicam-se, entrelaçam-se em cooperação oportunista para o bem comum, este o rumo a ser incentivado na escola, a conciliação para harmonia pacifista, bons tratos entre nações, fomentar convergências associativas. A teoria defensiva ofensiva foca nos efeitos para o meio ambiente amar-se ofensivamente com capacidade militar é diferente de defender-se influenciando na balança do poder (GLASER, CHAIM, 2004). A mudança do clima gera uma ofensiva natural na balança do poder imprevisível, deter um inimigo da terra agressivo uma boa estratégia defensiva deve ser habilitada, como controle multilateral de armas, contra o descontrole ambiental o reforço tecnológico para projetar mecanismos de segurança nas usinas atômicas, uma estratégia de defesa contra as intempéries de uma natureza modificada pela força motriz de base produtiva poluidora, um investimento para conter a ofensiva crucial pode ser compensada prevenindo concomitantemente a defesa num rateio, a escalada de intensidade das catástrofes naturais está mais agudas e ocorrendo em espaços de tempo cada vez mais curtos, a probabilidade de crises como a do Japão deve capacitar habilmente missões militares de socorro nuclear em corriqueiros treinamentos, precaução com os novos tempos, estabilizar a rivalidade natural com a terra na busca de atingir durabilidade estável na contenção de catástrofes.

Estados pensam ser positivo construir armas para incentivar a indústria doméstica (JERVIS, 1982). Os métodos de preferência da **potência unipolar** que emite dióxido de carbono sem contenção e perspectiva redução de metas pode ser responsabilizada por

intensificação de catástrofes? Neste caso o *status quo* é pelo descontrolo, recursos públicos internos nos EUA injetados em armas e bases militares espalhadas pelo mundo. Esta vantagem comparativa tende a reduzir metas globais, redução de emissões eleva custos no curto prazo e economiza no longo pela contenção das catástrofes. O mundo deve ter cautela com o poder de força do *status quo* unipolar e buscar através do convencimento argumentativo convencer a reduzir emissões buscando a paz, reciprocidade de intenções ecológicas a meta multilateral para adequar o poder unipolar. Os EUA reúnem com primazia quatro elementos do poder: economia, militar, tecnologia e geografia (WOLFORTH, 1999). A intenção presidencial de Obama fomentar energias verdes internamente nos EUA pode vigorosamente reverter à postura para contenção da dependência de petróleo por este motivo contem-se as emissões, na área externa ambiental onde se filiam na corrente dos 20% que não acreditam na correlação emissões de gases de efeito estufa e mudança climática não assinam a protocolo de contenção gera concentração de poder unipolar. Para cessar a mútua hostilidade da natureza modificada pela transformação produtiva, pelo desenvolvimento humano deve buscar as imperfeitas alianças dos Estados e atores sociais diante da escassez do petróleo, inflação e rumar para construção e aperfeiçoamento da institucionalização democrática num caminho para paz. Dinamicamente o paradoxo da segurança ecológica deve focar em como acalmar a retaliação natural. O resfriamento da corrida armamentista anárquica, apaziguando a discórdia para conter emissões perpetuando a estabilidade natural é o bem comum, calcular somando fatores positivos que faça imperar a paz, agentes modificadores do bem devem argumentar defensivamente em prol da natureza equilibrada.

Quem faz aliança como o *status quo* dominante *bandwagoning* defende valores convergentes, nas alianças *balancing* que visam preservação dos costumes locais (SCHWELLER, 1995). O *status quo* é uma força vertical de cima para baixo encontra resistência de alianças horizontais de costume local, o forte tendendo a impor a hegemonia e o fraco resistindo à religiosidade fanática local, o entrelaçamento democrático cultural. Fazer aliança com o poder mais forte requer saber o que compreende o *status quo* e sua operacionalização modificativa pelo mundo, a tendência converge para a transformação rumo ao ideal do sistema dominante, novas constituições democráticas, partindo da experiência da nação unipolar na construção de grupos de estados numa nação (MADILSON; HAMILTON; JAY, 1987), normas democráticas enquadram a ordem interna em previsibilidade diminuindo o risco. O conteúdo do sistema de produção deve ser o capitalismo transnacional, num regime democrático onde prepondere o ideal de liberdade, instrumentalmente as mídias sociais

inovam na dinâmica da opinião pública induzindo revoluções respaldadas posteriormente pela coalizão militar preponderante. O poder unipolar dos EUA fazendo oferecerem segurança como se fosse um bem público, *bandwagoning* com as instituições da Europa, agregam capacidade de impor o *status quo* e podem encontrar inúmeras alianças regionais de valores convergentes pelo mundo afora, o poder militar resguarda ideologia dominante. A contusão cerebral decorrente de exposição às guerras pode ser realinhada para propagação de valores do bem harmônico, recuperação e integração social dos militares pós-guerras, demonstra a superioridade do privilégio das questões de segurança e reverter mentes para politização da estabilidade sistêmica debatida livremente.

Comunicação de mobilização social globalizada. O governo dos EUA investe em educação e colhe inovação liderando o centro de inteligência das comunicações das mídias sociais, o sistema de transparência de informação prepondera em democracias descentralizadas, vanguardistas. O dilema da ambigüidade dos interesses EUA dos efeitos das redes sociais é sério, oportunidade de engajamento em movimentos coletivos de protestos de rua convocados por e-mail, coordenando ações de grupos dissidentes contra regimes autoritários, democratizando e formando a opinião pública (SHIRKY, 2011). As mídias sociais são um instrumento anárquico do *status quo* que propalam os ideais do *bandwagoning* fazendo tender em certo sentido virtuosamente pró-democracia que encoraja o capitalismo e prevalência dos direitos humanos, a opinião pública da humanidade influência nas questões internacionais relevantes (KANT apud NOUR 2004, p 157-195), no Norte da África, grupos dissidentes na Tunísia e Egito mobilizaram pelo Facebook e Twitter. Os movimentos contra governos autoritários, eclodiram pelo desemprego, pobreza, não teve um caráter religioso, a revolução foi vitoriosa floresce o ideal de liberdade expresso na livre circulação de idéias, a publicidade de múltiplas formas inovadas fomentam a democratização, a opinião pública da Liga das Nações demonstra transparência ao invés do secreto, constitui-se num degrau para paz, no Egito um referendo constitucional via eleições ocorreu pós-revolução, o voto como instrumento da democratização, a paz tende a ocorrer entre repúblicas como prega (KANT, Idem), da mesma forma nas democracias, um alento para o **Estado de Israel** geograficamente próximo do Egito, grupos oprimidos vão ter voz no poder, devem agregar parte do antigo regime apaziguando internamente, na expectativa de selar acordos bilaterais de conciliação de vizinhança, cessar-fogo eterno entre atores sociais estatais. EUA e Israel *bandwagoning* históricos. As mídias sociais também favorecem o *balancing* contrariando interesse do *status quo*, disponibilizando vantagens a opositores indesejáveis, o dilema comunicacional

democrático utilizado de múltiplas formas, nesta área criativa o bem é fantasiar o amor dos povos em infiltrações de conciliação que agreguem substância as tendências e valores defendidos.

Poder coercitivo impositivo via *status quo*. Rateio de responsabilidade via ONU e OTAN investem no colapso dos oponentes na defesa, com contra ataque, um dilema que para ter paz futura justifica-se a guerra presente. O Conselho de Segurança da ONU respaldou a intervenção em nação petrolífera, motivou-se via intervenção humanitária na Líbia, expressa determinação de proteção de população civil e desobstrução de passagem para passar assistência humanitária (*UN – Security Council*, Resolução 1973 de 17/03/2011), a socialização democrática das organizações internacionais favorece a paz (KANT, 2004). Nos anos recentes a institucionalização da OTAN ocorre para atuar em ameaças específicas (HALTENDORN; KEOHANE; WALLANDER, 1999). Ainda no norte da África na Líbia os grupos opositores do regime autoritário não venceram com suas próprias forças o ditador que bombardeou população civil, a OTAN entrou em ação para fazer uma zona de exclusão aérea e impedir massacre. O regime influencia o dilema de segurança que depende para ser mensurado da capacidade ofensiva e defensiva (JERVIS, 1982). A geografia regional é extremamente relevante para estabilidade mundial. A ofensiva contra os direitos humanos gerou uma reação para neutralizar esta capacidade brutal, o interesse vital petrolífero está em foco? A Líbia era o quarto maior exportador de petróleo do planeta terra, os preços elevaram-se, inflação ameaçando a retomada do crescimento mundial. Os EUA também fazem um *bandwagoning* com a Arábia Saudita grande exportadora de petróleo e noutra sentido ocorre um *balancing* entre etnias xiitas no Oriente Médio. Coincidiu a intervenção humanitária em nação petrolífera. Proclamar qual paz ideal?

Zona de paz democrática no Continente Americano. O Brasil com poder regional, com reservas de urânio utilizado na produção de energia nuclear, somando a nova descoberta do petróleo, torna-se um embrionário grande poder, a perspectiva futura de diferencial de crescimento pode fazer emergir (LAYNE, 1995), integra esta reflexão por tratar do interesse vital do *status quo*, na visita de 03/2011 do presidente Norte Americano, Obama ao Brasil selou intenções petrolíferas do pré-sal com Dilma, brilhante a diplomacia presidencial. EUA e Inglaterra selaram ideais democráticas no Atlântico Norte, (LIPPMANN; STREIT apud IKENBERRY, G, 2002, p. 127), o ideal é fazer valer tanto no sentido horizontal Norte-Norte como vertical Norte-Sul do Atlântico. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca -

TIAR, de 1948, letra morta quando a Inglaterra guerreou com a Argentina as raízes comuns entre Inglaterra e EUA não unificou o continente, abandonou-se a prescrição do tratado, versa sobre questões militares, contudo protegerá o interesse vital de escoamento petrolífero para a América do Norte, se outra ideologia contrária a democrática atacar o continente deve entrar em vigor, coercivo controle. A capacidade naval militar unipolar dos EUA no hemisfério americano é real (LAFEBER apud LAYNE, 1995, p. 152), o Brasil fez um ***Bandwagoning*** **intencões de exportação no comércio continental de petróleo com os EUA.** Institucionalizou na Organização dos Estados Americanos - OEA a segurança coletiva e solidariedade continental sob a liderança dos EUA (SEITENFUS, 1997). EUA *bandwagoning* com bases militares na Colômbia, em contraponto a inúmeros atores sociais latinos americanos no livro de (LOWY, 1999) podem juntar-se no continente onde ocorre *balancing* entre Venezuela, exportadora de petróleo que restringe liberdade de expressão constituindo-se numa democracia autoritária com Cuba, que nas tratativas do esquecido Acordo de Livre Comércio das Américas ALCA, exceto Cuba, punida com exclusão, incomoda a potência unipolar por estar territorialmente próxima, ser totalitária com diminuta influência Russa. Venezuela fez exercícios militares marítimos conjunto com Rússia, resquícios da Guerra Fria do alinhamento automático com este super poder hoje enquadrado. A aliança de *balancing* deve ser medida o nível de agregação de poder, a capacidade ofensiva e intenção de agressividade (WALT, 1990), contra o fluxo de petróleo, a paz deve ser construída transformando divergências em convergências de interesses, preservando e prevenindo o dilema de segurança do transporte de petróleo que passará por esta rota com certa intensidade antidemocrática, a competente defesa militar petrolífera é legítima sem incorrer na corrida armamentista poluidora que gera efeito estufa. A democratização é a conciliação para paz e integração institucional sem exclusões, uma meta para paz perpétua, federação internacional de democracias, passa por um processo: instrumento de controle institucional pelo poder hegemônico no contexto do pós Guerra Fria (VILLA, 2003), a tendência de democratização um passo para paz perpétua. O poder top pratica ações implícitas e explícitas sendo intervencionista forçando alianças *bandwagon* é o ideal da paz duradoura (WOLFORTH, 1999). Aglutinar convergências ao redor do poder unipolar global frente um poder regional distribuído, fragmentado que deve harmonizar-se, seria o ideal da paz eterna estrutural.

Da bipolaridade para topo unipolar. Numa retrospectiva durante a guerra fria o alinhamento quase total ocorria com uma das duas potências, elas faziam alianças no entrechoque de duas alas *bandwagoning*, de um lado EUA e de outro a União Soviética,

concorriam na construção dos satélites atmosféricos era o dilema de segurança, os conflitos regionais apaziguavam-se na balança de equilíbrio rival das duas hegemonias. No mundo árabe aliavam-se com Estados da corrente Marxista-Leninista do grande poder soviético, outros preferiam o comunismo, exilando socialistas, prisões (WALT, 1990), em contraponto a Israel que é capitalista parlamentar ligado aos EUA. Insufladores acanhavam-se o sistema era estável, dramaticamente com a falência da ideologia socialista totalitária, diminuiu o poder e influência militar, desarticula-se a bipolaridade. O modelo socialista soviético influência em inúmeras alianças com o terceiro mundo, agora transferindo ao islamismo a oposição ao sistema (JEPPERSON, WENDT, KATZENSTEIN, 1996). A brutal democratização da Rússia que adentrou aos poucos para o sistema capitalista, com a dissolução da coalizão militar socialista o Pacto de Varsóvia, submeteu-se a OTAM expandida para as nações antes alinhadas com a URSS. O EUA é um grande poder unipolar da atualidade, França em 1660 e Inglaterra em 1860 também foram poderes unipolares (LAYNE, 1995), da passagem de uma uni polaridade para outra, certa equalização anárquica de nações tanto econômica como militarmente, o passado histórico é extremamente relevante para entender o presente e projetar construindo o futuro, comparações para conclusões contemporâneas propositivas. URSS compatibilizou normas militares para intervenções geoestratégicas e legitimou questões humanitárias (JEPPERSON, WENDT, KATZENSTEIN, 1996), adequando-se a nova ordem de sua desintegração com realinhamento capitalista. A Rússia continua com poder militar e nuclear, contudo a economia continua em declínio, num exercício de futurologia a China comunista totalitária num mix com capitalismo pode se transformar na nova bipolaridade tem interesse convergente com EUA, pois ambos são importadores de petróleo. A economia balizada no petróleo como força motriz reflete nos investimentos militares para manutenção da estabilidade, esta correlação influencia no comércio mundial e na taxa de crescimento dos Estados implicando na intensidade do poder hegemônico incidindo nas nações territorialmente perto da produção, que podem comercializar e rivalizar anarquicamente, a capacidade econômica da renda do petróleo deveria ir preponderantemente para distribuição de renda e não construção de projetos militares competidores, Estados relativamente fracos armados afrontam a hegemonia unipolar. Os EUA emergem como grande poder naval estrategicamente para proteção do comércio marítimo, os investimentos triplicaram de 1890 a 1914 (KENNEDY Apud LAYNE, 1995, p 152), hoje capacidade militar naval é unipolar largamente utilizada para o fluxo de petróleo para América do Norte. No **Oriente Médio** petrolífero com fanatismo islâmico, a irmandade mulçumana não se envolveu nas revoluções

democráticas, a emergência do interesse vital de estabilidade mundial, detém 68% das reservas petrolíferas do globo, local propício a alianças *balancing* entre a cultura teocrática fanática islâmica, frente o sistema de dominação do *status quo*, culturalmente EUA aproxima-se de Israel, incorrendo no o anti-semitismo (ARENDR, 1998) na soma-se contra imperialismo, os Judeus e a emancipação do Estado de Israel como dogma invasivo, daí rivalizam como inimigo comum. Ocorreram as guerras de 1948 e 1979, confronto reunido frente Pan-Arabismo nacionalista civilizacional, aliando na atualidade a solidariedade étnica *balancing* contra-ofensiva anti-imperialista do *status quo*, caminhar na direção de não estimular agressividades e guerras e pregar vigorosamente nos cultos religiosos a união Árabe, a tolerância e a paz perpétua, com todo respeito à liberdade de expressão teológica, diminuir a ofensiva de isolar Israel revertendo e enfatizando a defensiva harmônica finalizando boicotes econômicos, realocar investimento pacifistas. O Arabismo contra os Judeus deve amenizar a expectativa de *balancing* no choque de civilizações, para aprofundar (HANTINGTON, 1997), que ocorre tanto desta forma macro como entre etnias na região. A assimetria unipolar pode trazer precariedade da paz. O grande poder unipolar adentra por todo sistema, alinhando-se e influenciando modificando convergência para doutrina liberal. Advogue para o entendimento. O grande poder Norte Americano projeta capacidade: poder defensivo dominante, superior por mar e ar, tem vantagem nuclear acionável, com investimento de décadas em logística, comando, controle, comunicação e inteligência tirando vantagens da globalização democrática (WOLFORTH, 1999). Interpenetração da hegemonia salutar na localidade tradicionalmente resulta numa patente aproximação de oportunidades, devem ser aproveitadas frente à adversidade belicosa. Acordar a rigorosidade para vencer espúrios obstáculos radicais, estratégia habilmente a ser estabelecida numa meta intrínseca, compatibilizando com o galgar da paz, uma ótima tática é deixar confidencial as animosidades, amainando-as.

Ainda na circunscrição vizinha e no território do **Oriente Médio** as alianças ocorrem para defesa de múltiplas ameaças interligadas. A solução de 1955 quando Egito e URSS ameaçavam com aquisição capacitação ofensiva Israel aproximou da França incentivando aliança de defesa (Walt, 1990), a ameaça de ataque gera escalada armamentista defensiva. Ainda na história recente a rivalidade entre França e Alemanha fez os franceses aliarem-se com os Judeus, Israel em 1950, a aliança trouxe os EUA em 1960, durante a guerra fria a União Soviética fazia alianças com Síria e Egito, contrabalançando entre os dois super poderes, EUA também se aliam com estes dois Estados (WALT, idem), os dois lados

injetavam recursos econômicos e comercializavam armas nos territórios locais cooptando aliança, ocorreu o envio de tropas soviéticas à região, territorialmente próxima, o equilíbrio regional gravitando entre os dois grandes poderes preponderou numa relativa estabilidade. As coalizões regionais variam com o passar dos tempos, ocorreu entre Iraque, Arábia Saudita, Síria e Egito (WALT, idem), *balancing* contra inimigo comum a coalizão dominante de Israel, dubiamente Arábia Saudita e Egito rivalizam, portanto a estrutura de alinhamento bipolar EUA e URSS dissuadem guerras, apaziguavam o sistema. A reaproximação cooptando etnias no Oriente Médio oscila as bases das coalizões, motivam forças internas similares tendo propensão a aliarem-se, o que não quer dizer pré-requisito. A nacionalização coletiva de certos setores como na união soviética não foi generalizada no arabismo, critérios de moderação ocorreram (WALT, idem). Regionalmente o Egito tem pretensões de ser poder regional, contudo Israel é militarmente invencível, a democratização do Egito em 2011 pode aproximar os Estados contribuindo para paz, democracias convergem na maioria representativa. Na luta por ocupação de território deve-se emancipar um Estado Palestino? Arbitragem pacífica deve coordenar a emancipação, mediação para convencimento de conciliação, traçar uma proposta convergente. Na transição para pax norte-americana o poder defensivo-ofensivo prepondera, guerreou no Iraque e revidou sua vulnerabilidade dos ataques terroristas no Afeganistão, recente intervenção na Líbia e revoluções democráticas pela região em 2011 podem causar dinâmica de realinhamentos democratizantes, da mesma forma que os Estados totalitários hoje desmembrados da URSS, o totalitarismo Árabe caminha para uma percepção ideologia democrática tendente ao *status quo* unipolar, o que não quer dizer unanimidade, os EUA *bandwagoning* com a fidelidade da monarquia autoritária que comanda a Arábia Saudita, a democratização pode chegar a qualquer momento invertendo neste caso a dinâmica da aliança, é uma preocupação, precaução.

O grande temor dos Estados é com as dinâmicas das ameaças próximas, como no direito de vizinhança, também o entrechoque anárquico das alianças **étnicas**. A estabilidade regional é vital para manutenção do fluxo do petróleo, a força motriz energética da humanidade ainda não tem sólida base limpa, renovável, uma plausível transição neste rumo minimizaria a dependência do interesse vital petrolífero e do próprio interesse regional. Um ultimato à unificação Árabe deve conter conflitos internos, apaziguar a monarquia da Arábia Saudita de maioria Sunita que reprime a hostilidade interna da minoria Xiita que tenta subverter o regime, no Bahrein a minoria Sunita resiste no comando da maioria Xiita, as revoltas domésticas convocadas pelas mídias sociais levaram a Arábia Saudita mobilizar

logística de tropas para o Bahrein para reprimir manifestações populares de rua armadas, as implicações das turbulências incomodaram o patriotismo solidário do Irã de maioria Xiita, a dinâmica das alianças lineares étnicas, perpassando as fronteiras dos Estados Nacionais ilustram a complexidade do mérito de estimar a paz. Medir o poder agressivo, na região próxima, o poder ofensivo e as intenções agressivas implica na escolha das alianças far-se-á *balancing* ou *bandwagoning* (WALT, 1990). Os Sunitas da Arábia Saudita aliam-se com o mais forte, o grande poder da potencia unipolar e exporta petróleo, faz *bandwagoning*. As etnias tidas por elas como reacionárias Xiitas fazem um *balancing* para preservação da cultura local, são estados fracos e sua minoria agregando nacionalismo religioso fanático, contrapondo-se a coalizão imperante. Existem minorias como grupos de Libaneses *Christians*, Egípcios *Copts*, Sírios *Alawites*, e Iraqui *Kurds* (WALT, idem), não abortar o ideal de união Árabe, entusiasmar sentimentos aceitação das minorias. Catastroficamente rivalizam na busca de atingir o poder regional, deveriam coordenar-se em colaboração integrativa pela distribuição de renda petrolífera. A questão é anárquica pela liberdade de escolha de alianças, entre inúmeras etnias insubordinadas entre si, a delegação de ordens por não revidar provocação uma concessão para imortalidade, analiticamente todo arabismo unido pela língua, inúmeros dialetos diferem entre si e de Israel, o que não necessita opor virulência, o melhor é condicionar vocação pacífica, interpretado com boas intenções o papel de Israel, ator altamente relevante por fazer voltar o dissenso à tona nas fissuras civilizacionais não cicatrizadas. A todo tempo busca-se a avaliação das alianças se a paz ou a guerra (WALT, idem), vencer relutâncias resistidas de animosidades compondo conflitos ordenadamente uma meta apropriada de harmonia, Israel deve ser aceito, integrado interdependente em acordos territoriais de paz.

Os líderes dos dois grandes poderes adicionavam ajuda econômica e militar para aliar (WALT, idem), consolidava-se a assimetria de força da coalizão propensa favoravelmente às transferências de armamentos, cada lado tentando fazer valer prevalecer o seu *status quo*. EUA forneceu dinheiro ao Egito para apaziguar com Israel, URSS ajudou o Iraque aliando-se (WALT, idem), os contribuintes das potências pagavam a conta, hoje o Congresso norte-americano questiona a brutal ajuda à Israel. A **força transnacional** do costume ocidental penetra no Irã influenciando no movimento feminista de contestação da obrigatoriedade de vestimentas, alteram fatores domésticos contraproducente, os fanáticos religiosos aliam-se em *balancing* para manter o costume local com repressão, como o paradoxo de confronto pode apaziguar-se cessando a violência de ambas as partes? Os lobistas e companhias petrolíferas

ocidentais que interagem com o petróleo Árabe de forma transnacional os negócios favoráveis correm paralelo pró-Israel (WALT, idem), este entrelaçamento é benéfico para paz. As potências transferiram para região **arsenal nuclear**, este fomento da corrida armamentista sucumbe ao poder unipolar, o dever humanitário deve rever limitações do alcance do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, satisfatoriamente habilitar inspeções periódicas nos projetos nucleares que omitem, apaziguando critérios de interferência, evitando a proliferação armada para colaborar para paz. O tamanho da ofensiva nuclear com capacidade de destruição devastador preocupa e gera investimentos favoráveis à defesa (GLASER, CHAIM, 2004), acreditam que armar-se dissuade o opositor então previne a paz, enfatizar ações pacíficas, adaptando a intensidade de intenções agressivas deve ser exercitado rumo a um patamar inferior para reverter à barreira de intenção intolerante, visando cumular neutralizando feridas com ações cicatrizantes, propor tentativas de paz.

As nações Árabes devem unir-se em **institucionalização**, propositivamente a moderação do islamismo deve ser fomentada conjuntamente com a democratização dos povos Árabes, na França lei local proibiu as mulheres islâmicas a cobrir a cara com a Burca. Para o futuro a que se pensar a lá institucionalização supranacionais da Liga Árabe, o que não representa ameaça militar, positivamente deve ser um fórum de conciliação de etnias locais, a formação de uma federação islâmica formada em moldes adaptados inspirados na formação da federação norte-americana (TOCQUEVILLE, 1977). Harmonizar étnicas internas, segurança coletiva como força de paz, incorporar o ideal institucional de (KANT, idem), inspirando a Liga Árabe a formar Comunidade Supranacional Islâmica Democrática, nos moldes da institucionalização da União Européia (TIZZANO, VILAÇA, HENRIQUES, 1997), que adequou à Alemanha no estilo dominante democracia desarmada, da mesma forma no Oriente Médio deve-se rumar com respeito aos direitos humanos, não proliferação de armas nucleares, eleições democráticas, desmilitarização, divisão da renda do petróleo visando sempre à finalidade da construção, degrau por degrau, da paz perpétua, do bem estar Árabe, expressa na intenção da democratização institucional unipolar, desta forma enquadra-se o dilema de segurança na solução pacífica das controvérsias, domando riscos belicosos adversos, pensar em redigir inúmeros planos de paz integrando Israel, para que resultado final que prepondere seja de crescimento sócio-sustentável, não a escalada militar! A Turquia é um bom exemplo de democracia islâmica a ser espelhada.

Perspectiva para sistema multipolar anárquico. Desde 1945 a liderança dos Estados Unidos da América tem mantido a Alemanha e Japão sem possibilidade de construção militar e valorização de sistemas democráticos de governo (LAYNE, 1995), não produção de armas e conseqüente não ocorrência de testes nucleares, o Japão tem maior liberdade de autonomia que a Alemanha inserida no contexto democrático institucional supranacional Europeu, uma federação com interdependência econômica entre nações apazigua, nos aspectos militares a OTAN prevalece com a participação dos EUA. Alguns qualificam de arrogância, contudo a retirada da potencia ordenadora da segurança mundial pode desequilibrar inúmeras regiões, a institucionalização mundial pode barrar a anarquia se caminharmos para estrutura multilateral. A nova emergência econômica da Alemanha pode levar a liderar a Comunidade Econômica Européia, democracia institucional. Japão como o Brasil almejam ingressar no Conselho de Segurança da ONU. O sistema produtivo balizado no petróleo constrói estratégia de manutenção democrática de seu fluxo, riqueza natural que caminha para prospecção em mar profundo, onera custo, uma perspectiva de mundo multipolar com escassez petrolífera, almeja-se ser substituída por energia limpa, verde. A Alemanha empurrou os Judeus para o Oriente Médio durante sua ascensão militar, agora a política geoestratégica regional está inserida na nova ordem global onde se reordena o mundo evolutivamente com múltiplos centros de poderes médios e o superior do robusto EUA, construtivamente para o futuro a cooperação gera oportunidades mútuas, ajuda a reverter ostensivas suspeitas de animosidade no monitoramento num trilho apaziguador, engajamento para paz.

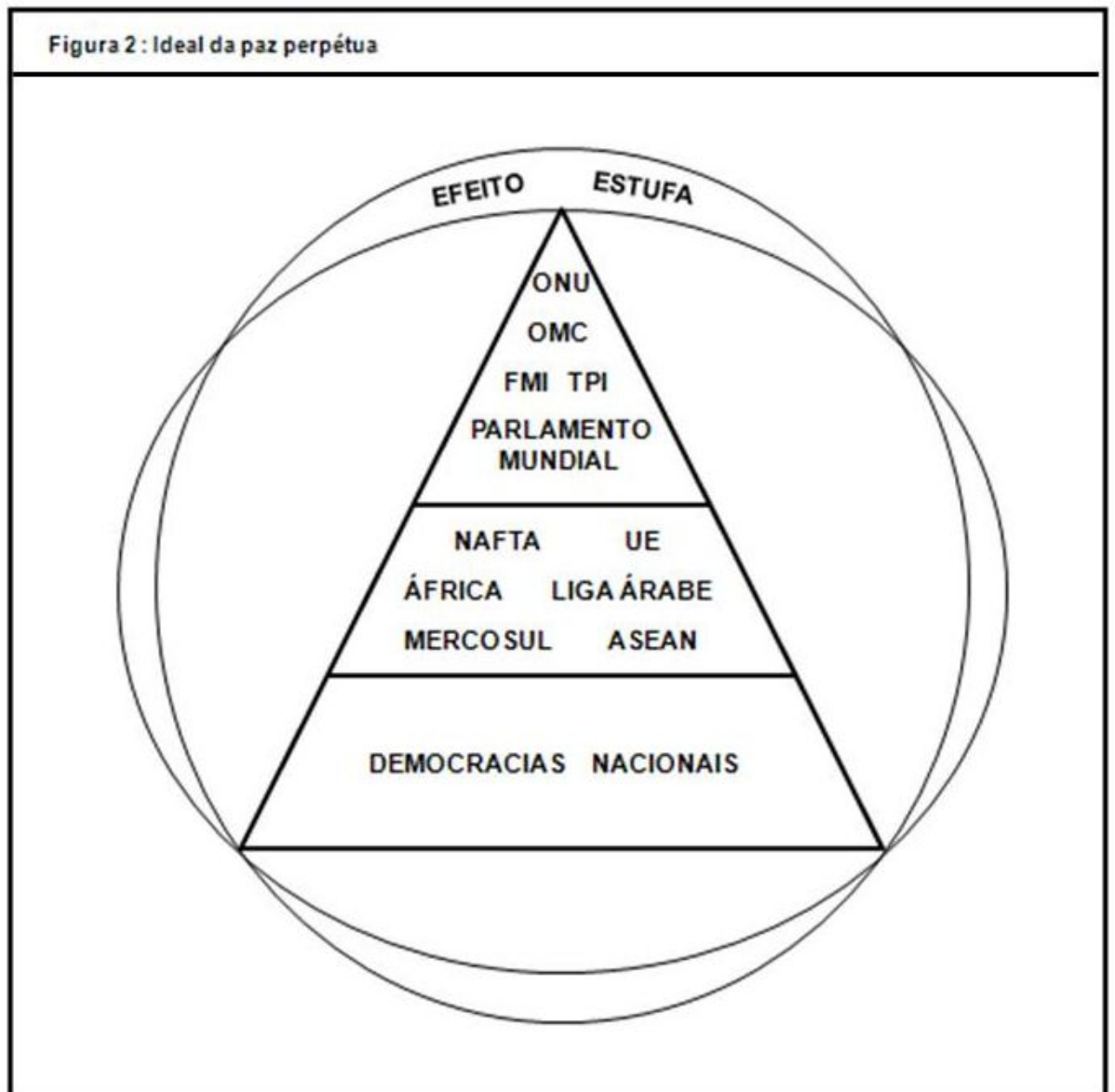
Construção institucional regional e global. A distribuição de poder por vários estados desequilibra a superestrutura, pois ocorre à luta para ver quem virará grande poder (GILPIN apud LAYNE, 1995, p. 169), o mecanismo de criação da idealização da tradicional democracia institucional deve enquadrar pretensões desestabilizadoras, aversão ao conflito armado. Repúblicas não guerreiam da mesma forma as democracias (KANT apud VILLA, TOSTES, 2006, p. 205-214), democracia interna nas nações e democracia institucional multipolar, dupla democratização. A ordem liberal posterior desequilíbrio de poder bipolar com declínio ideológico socialista, a questão nuclear permanece, volta-se para construção de instituições multipolares entre democracias, política de reciprocidade com economias abertas (IKENBERRY, G, 2002), lúcida esta perspectiva. A interdependência econômica é fator de cooperação incidindo positivamente para paz, sua prática é salutar. A construção de instituições partindo da realidade atual dos múltiplos acordos multilaterais regionais que

devem ser ligados fortalecendo ao *status quo* capitalista, liberal e democrático, partindo daí deve-se criar a ideal Federação Mundial de Democracias. Aprofundar e alargar o Tribunal Penal Internacional, aperfeiçoar a ONU como braço executivo e criar um Parlamento Mundial integrando a harmonia e independência dos poderes mundiais equilibrando a balança de poder institucionalmente, os pilares públicos internacionais de longevidade do sistema convergem para institucionalização, para continuar o pensamento democrático utilizar a inspiração histórica de ideal de leis (MONTESQUIEU, 2000). É uma forma de caminhar para um mundo multipolar sem conflitos, todos enquadrados com todos, com instituições mundiais supranacionais que integrem democracias, com fomento para interdependência economia e democratização do Conselho de Segurança da ONU, a criação do exército mundial de segurança coletiva para impor a sanção aos descumpridores das normas mundiais a serem promulgadas parlamentarmente. O ideal de constitucionalismo norteando criação de instituições operando os princípios do poder (IKENBERRY apud IKENBERRY, 2002, p. 130), partindo daí a criação hipotética de uma Constituição Mundial pode ser degrau por degrau democraticamente estabelecida para coordenar os novos tempos. Reverenciar as escolas que pensam de um mundo unipolar para o multipolar institucional pode agregar segurança no consumo das riquezas naturais escassas e categórico controle na inspeção de todos os projetos nucleares, democratizando a informação sem censuras e controles autoritários ou judiciais, eficiência no desempenho do bem coletivo, segurança multipolar institucionalizada para cumprir normas e diretivas. As instituições econômicas *The Bretton Woods* econômico e monetário são acordos que visam cooperação entre Estados com criação de sistema obrigacional quase judicial procedimentos ajustando disputas (JAMES apud IKENBERRY, 2002, p. 135), além desta institucionalização monetária, a comercial aprimorando a construção institucional da Organização Mundial de Comércio enquadrando o petróleo e urânio e em terceiro a criação das instituições políticas devem emergir coordenadas e conectadas, economicamente para aprofundar (KRUGMAN, OBSTFELD, 1999). A migração do investimento futuro da produção de armas para debate democrático institucional contribui para que a balança do poder esteja voltada para paz. Num eixo Coréias, Japão e China, o tamanho da população é relevante para compor a representatividade mundial, devem formar um bloco com instituições supranacionais na Ásia, da mesma forma a Liga Árabe, a África, as Américas, todos estes blocos intergovernamentais cedam soberania para instituições superiores hierárquicas as nações, como a Europa, assim estes blocos intermediários formariam o Bloco Supranacional Global, dissolvendo os conflitos regulando

mecanismo de conciliação (IKENBERRY, 2002), correlacionar com (TRINDADE, 2002), para paz ser fator de equilíbrio ecológico, minimizando riscos ao sistema democrático mundial, a oposição ao sistema pode migrar da uma realidade de potência unipolar para contestação *balancing* contra as instituições, prevenção institucional visa amenizar as condições que favoreçam a re-emergência de conflitos, descentralizando para o G20. Concluindo pedindo uma transição multilateral pacífica na construção da segurança energética institucional, os riscos de dano ambiental belicoso e natural dissuadem a guerra. Pensar sempre positivo, liquidar as animosidades, abençoar a paz construtiva por toda órbita atmosférica que envolve o território do planeta terra atinge-se a finalidade maior: recursos direcionados para entendimento e bem estar populacional.

Conclusão propositiva.

O ideal da paz perpétua, da hegemonia do bem deve ser a multilateral institucional composta de quatro degraus, na base a tendência de formação de democracias nacionais, subindo um degrau à inserção em blocos supranacionais intermediários, interligados com mecanismo de intercomunicação a outro degrau, as Instituições Supranacionais Planetárias, envolver todos envolvidos na correta administração institucional do degrau topo, a limpeza da atmosfera, a utopia da paz.



Bibliografia

ARENDR, H, *Origens do Totalitarismo Anti-Semitismo, Imperialismo e Totalitarismo*. Companhia das Letras, 1988.

BOOTH, K.; WHEELER, N. *The security Dilemma: fear, cooperation and trust in world politics*; New York: Palgrave, 2008: 1-80.

GLASER, C. & CHAIM, K. *What is the offense-defense balance and can we measure it?* In, *Offense, defense and war*. Brown, M; Coté, O; Lynn-Jones, S; Miller, (eds.) Cambridge, Mass.: MIT Press, 2004: 266-304

HALTENDORN, H; KEOHANE, R & WALLANDER, C *Risk, threat and security institutions, in* HALTENDORN, H; KEOHANE, R & WALLANDER, C. *imperfects unions: security institutions over time and space*. Oxford: Oxford University Press: 1999: 21- 47.

HUNTINGTON, S. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Objetiva, 1997.

IKENBERRY, G, *America Unrivaled. The Future of the Balance Power*. Itaca and London, Cornell University Press, 2002: 123-145.

JEPPERSON, R; WENDT, A & KATZENSTEIN, P. *Norms, identity and culture in national security. In* KATZENSTEIN, P (ed) *The culture of national security. Norms and identity in* New York: Columbia University Press, 1996: 33- 75.

JERVIS, R *Security regimes, International Organization, 36(2), 1982: 173-194*.

KANT, I *Paz Perpétua um Projeto Filosófico 1795*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

KRUGMAN, P; OBSTFELD, M. *Economia Internacional Teoria e Política, 4º Edição* Makron Books, São Paulo, 1999.

LAYNE, Ch *The unipolar illusion: why new great powers will rise? In, The perils of the anarchy*. Brown, M; Lynn-Jones, S; Miller, S9eds.. Cambridge: MIT Press, 1995.

LOWY, M; *O Marxismo na América Latina uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1999.

MADILSON, J; HAMILTON, A; JAY, J *Os Artigos Federalistas 1787-1788 Edição Integral*, Editora Nova Fronteira, 1987.

MONTESQUIEU *O espírito das leis*. Martins Fontes São Paulo 2000.

NOUR, S. *À Paz Perpétua de Kant, Filosofia do direito internacional e das relações internacionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERELMAN, C; TYTECA, L. *Tratado da Argumentação A Nova Retórica*, Martins Fontes, 1996.

SCHWELLER, R *Bandwagoning for Profit. Bringing the Revisionist State Back in, The perils the anarchy*. Brown, M; Lynn-Jones, S; Miller, S (eds). Cambridge: MIT Press. 1995: 249-284.

SHIRKY, C *The Political Power of Social Media. Communications technology will help promote freedom – but it might take a while*. FOREIGN AFFAIRS, Toronto, p 28-41, jan/feb 2011.

SEITENFUS, R. *Manual das Organizações Internacionais*. Livraria do Advogado, Porto Alegre, 1997.

TIZZANO A; VILAÇA, J; HENRIQUES, M. *Código da União Européia*. Almedina, Coimbra, 1997.

TOCQUEVILLE, A. *Democracia na América*. 2ª edição Italiana e Universidade de São Paulo, Belo Horizonte 1977.

TRINDADE, A *O Direito Internacional em um Mundo em Transformação. Os métodos de solução pacíficas de controvérsias internacionais: tendências recentes* 1984. Editora Renovar Rio de Janeiro, 2002 p 749-790.

UN – Security Council, Resolução 1773 de 17/03/2011.

VILLA, R; TOSTES, A. *Democracia cosmopolita versus política internacional* Lua Nova São Paulo 2006, p 205-214.

VILLA, R. D. *A questão Democrática na agenda OEA no pós Guerra Fria*. Universidade de São Paulo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 2003: 55-68.

WALT, S. *The origins of the alliances*. Ithaca and London: Cornell, 1990: 17-49; 147-286.